

SIMON SCHAMA

A história dos judeus

À procura das palavras — 1000 a.C.-1492 d.C.

Tradução

Donaldson M. Garschagen



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2013 by Simon Schama

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

The Story of the Jews: Finding the Words — 1000 BCE-1492 CE

Capa

Celso Koyama

Foto de capa

© rhkamen/ Getty Images

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Huendel Viana

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schama, Simon

A história dos judeus : À procura das palavras : 1000 a.C. - 1492 d.C. / Simon Schama ; tradução : Donaldson M. Garschagen — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

Título original: The Story of the Jews : Finding the Words : 1000 BCE - 1492 CE.

ISBN 978-85-359-2630-9

1. Judeus — Civilização — 2. Judeus — História — até 1500
I. Título.

15-06246

CDD-909.04924

Índice para catálogo sistemático:

1. Judeus : História 909.04924

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Lista de mapas</i>	11
<i>Prólogo</i>	19

PARTE I: PAPIRO, CACOS DE CERÂMICA, PERGAMINHO

1. No Egito	25
2. As palavras	51
3. Pesquisando, adivinhando... ..	80
4. Judeus clássicos?.....	114

PARTE II: MOSAICO, PERGAMINHO, PAPEL

5. A menorá e a cruz	203
6. Entre os crentes.....	262
7. As mulheres asquenazes.....	328
8. Julgamentos.....	364
9. Exílio do exílio.....	412

<i>Agradecimentos</i>	463
<i>Cronologia</i>	467
<i>Notas</i>	471
<i>Referências bibliográficas</i>	493
<i>Lista de ilustrações</i>	505
<i>Índice remissivo</i>	509

PARTE I

PAPIRO, CACOS DE CERÂMICA, PERGAMINHO

1. No Egito

No princípio — não o princípio imaginado de patriarcas e profetas, e de certo não o princípio de todo o universo, apenas o princípio documentado dos judeus comuns —, *nesse* princípio, um pai e uma mãe estavam preocupados com seu filho.

Esse filho, um jovem soldado, chamava-se Shelomam, a versão aramaica de meu nome hebraico, Shelomo. Seu pai chamava-se Osea, o segundo nome de meu próprio *aba*.¹ Isso foi há 2500 anos, em 475 a.C., décimo ano do reinado de Xerxes, rei da Pérsia aquemênida, que, embora com o poder muito debilitado na Grécia, ainda governava o Egito, onde viviam Shelomam e Osea. Xerxes ainda teria outra década no trono antes de ser morto por seu ministro de maior confiança, Artabano da Hircânia, que cometeu o crime com a ajuda de um eunuco. Jesus de Nazaré só nasceria meio milênio depois. A darmos crédito aos diversos autores da Bíblia hebraica, oitocentos anos tinham se passado desde que Moisés levara os israelitas, até então escravizados no Egito, para as montanhas do deserto, onde, de posse das leis dadas diretamente por Iahweh — na verdade, escritas por Seu próprio dedo —, eles se transformaram,

a despeito de repetidas experiências com a idolatria e um ardente desejo de outros deuses, em alguma coisa parecida com judeus.

Os autores bíblicos apresentaram o êxodo do vale do Nilo, o fim da escravidão no estrangeiro, como o processo no qual os judeus se tornaram plenamente israelitas. Viram a jornada como uma ascensão, tanto topográfica quanto moral. Foi em cumes altos e pedregosos, paradas no caminho para o céu, que YHWH — como grafavam Iahweh — havia Se mostrado (ou pelo menos mostrara Suas costas), fazendo o rosto de Moisés queimar e resplandecer com a radiação refletida. Desde o princípio (seja na versão bíblica, seja na arqueológica), os judeus se formaram em regiões acidentadas. Em hebraico, o ato de imigrar para Israel ainda é chamado de *aliyá*, uma subida. Jerusalém era inimaginável na planície fluvial baixa. Tentações turvavam os rios; o mar era ainda pior, infestado de monstros escamosos. Aqueles que viviam em suas margens ou singravam suas ondas, como os fenícios ou os gregos, eram tidos como inconstantes, idólatras e impuros. Desse modo, aos olhos daqueles para quem o êxodo era o começo adequado de tudo o que era judeu, voltar para o *Egito* seria uma queda, uma descida à despudorada idolatria. Os profetas Ezequiel e Jeremias — embora este último tenha ido ele próprio para o Egito — tinham advertido contra essa recaída, esse desjudiamento. Aqueles que sucumbissem a esse desejo, advertiu Jeremias, se tornariam “uma maldição, um objeto de espanto, de escárnio e de vergonha” (Jeremias 29,18).

Sem lhe dar ouvidos, os israelitas desobedeceram, não pela primeira nem pela última vez, retornando ao Egito aos magotes. Por que não, se o reino de Israel, no norte, tinha sido destruído pelos assírios em 721 a.C., e um século depois o reino de Judá foi também pulverizado pelos babilônios? Os autores das narrativas bíblicas podiam interpretar todas essas desgraças como castigos de YHWH pela apostasia, e assim fizeram. No entanto, os castigados podiam ser perdoados por pensar: muitas graças Ele nos concedeu. Por ocasião do Pessach (a Páscoa judaica, celebração do êxodo do Egito), o rei Josias sacrificou cerca de 30 mil cordeiros e ovelhas no Templo; rasgaram-se roupas em massa, em penitência contrita pelo fato de seus donos terem se interessado por falsos deuses; nenhuma ajuda receberam para escorraçar os invasores infernais que vinham da Mesopotâmia com suas cabeleiras, panteras e incontáveis fileiras de arqueiros e lanceiros.

Assim, os israelitas desceram de seus montes fulvos na Judeia para a área

inundada no Egito, para Táfnis, no delta, e para Mênfis, mais abaixo, e sobretudo para Patros, no sul. Quando os persas chegaram, em 525 a.C., trataram os israelitas não como escravos, mas como proprietários de escravos e, acima de tudo, como duros soldados profissionais, nos quais se podia confiar, tanto quanto nos arameus, cáspios e cários, gregos da costa ocidental da Anatólia, para reprimir os levantes egípcios contra a Pérsia. Também policiariam a turbulenta fronteira sul, onde começava a África núbica.

Shelomam, o filho de Osea, era um desses jovens, um mercenário (era um meio de ganhar a vida) que estava servindo na guarnição da Hayla hayahudaya, a Tropa da Judeia, na ilha de Elefantina, pouco depois da primeira catarata no Nilo. Talvez, naquele momento, tivesse sido destacado para participar das escoltas de caravanas, protegendo os tributos em marfim, mogno e moços etíopes que antes eram pagos pela Núbia ao faraó e agora eram enviados ao governador persa que lhe sucedera.

O pai, Osea, escrevia de Migdol, provavelmente na parte oriental do delta do Nilo, onde Shelomam servira antes. Sua carta, remetida para um lugar a oitocentos quilômetros de distância no sul, a fim de esperar a chegada do soldado em Elefantina, estava escrita em aramaico, a língua franca da região e de todo o império, na superfície alisada de um papiro. Embora essas folhas estivessem unidas, o papiro se degrada muito lentamente. Se protegido da luz, a tinta permanece escura e nítida. Os caracteres quadráticos, no mesmo estilo elegante em que o hebraico seria grafado desde a época do Segundo Templo até nossos dias, ainda são claramente legíveis. Na memória judaica, é como se Osea houvesse escrito ontem. Um pai preocupado é um pai preocupado. Ele não consegue evitar que o rapaz saiba desde o primeiro momento como ele se sente, no começo da carta: “Desejo-lhe saúde e força, mas desde o dia em que você seguiu seu caminho, meu coração não está tão bem”. E a seguir, o argumento conclusivo, as palavras que Shelomam com certeza sabia que viriam, mesmo se Osea não as tivesse escrito, a frase que todos os rapazes judeus escutam em algum momento, a frase a partir da qual a história se desenrola: “Sua mãe, a mesma coisa”.

Um golpe preventivo clássico. Meu próprio pai, Arthur Osea, recorria a ele descaradamente se, como no caso do Osea egípcio, estivesse ansioso, temendo que a notícia que viria em seguida não deixasse o filho plenamente feliz. “Não se preocupe [...] sua mãe está um tanto aborrecida com isso, mas [...].”

O que poderia deixar sua alegria e seu orgulho, seu Shelomam, preocupado? Problemas com o soldo e os pertences pessoais? Ah, não se irrite. “Aquele túnica e a roupa sobre as quais você escreveu estão prontas, sabe? Não se zangue comigo porque não pude levá-las a Mênfis a tempo (para a sua viagem ao sul). Vou levá-las, para que você possa encontrá-las ao retornar.” O soldo? É, bem, temos um probleminha aqui, meu filho. “Quando você saiu de Migdol, eles não quiseram nos mandar seu dinheiro.” E pior, quando Osea procurou saber dos pagamentos atrasados, foi tratado com as desculpas convencionais reservadas aos zés-ninguém dos impérios. Sinto muitíssimo, na verdade isso não é meu departamento, sabe, mas, por favor, não deixe de apresentar sua queixa às autoridades competentes. “Quando você voltar para o Egito, diga-lhes suas razões e eles hão de lhe pagar.” Portanto, ouça, meu filho, continua Osea, tentando afastar qualquer ideia de que ele tinha deixado de atender ao rapaz com relação ao assunto crucial dos pertences: “Não chore. Seja homem [...]. Sua mãe, as crianças, todos vão bem”.

Seria bom sabermos com mais pormenores como Shelomam vivia no mundo fronteiro dos soldados judeus em Elefantina, mas a carta ficou ali, de modo que talvez ele nunca tenha chegado à ilha, nunca tenha recebido sua túnica ou seu soldo. Ou talvez tenha recebido, mas largou a carta lá. Seja como for, ela permaneceu ali durante dois milênios e meio, até 1893, quando um americano, Charles Edwin Wilbour, egiptólogo amador e ex-jornalista do *New York Herald Tribune*, comprou vasos de cerâmica cheios de papiros de mulheres que escavavam os montículos da ilha em busca de *sebagh*, um fertilizante. “Todos esses pap. de Kom me foram mostrados por três mulheres em diferentes datas”, anotou Wilbour em seu diário. Mas assim que viu que os papiros estavam escritos em aramaico e datavam da XXVII dinastia, ele se desinteressou. Seu hobby eram antiguidades mais relevantes, mais antigas, faraônicas.

Vinte anos antes, ele deixara Manhattan às pressas, quando um grande amigo seu, o rei das propinas, William M. Tweed, vulgo “Boss” Tweed, que conseguira alguns rendosos contratos para a fábrica de papel de Wilbour, fora expulso da cidade. Em Paris, Wilbour ganhou vida nova com o Egito Antigo, cuja estupenda história ele aprendera com o famoso intelectual Gaston Maspero. O americano aparelhou um *dahabiyeh*, de modo que ele e a mulher,

Charlotte Beebee, ardorosa sufragista, pudessem navegar pelo Nilo com todo o conforto, parando de vez em quando para ajudar em escavações em Karnak, Luxor e Tebas. Eminentes egiptólogos alemães, franceses e britânicos achavam seu entusiasmo ianque divertido, às vezes até útil. De vez em quando, Wilbour via Flinders Petrie em sua barraca tosca e julgava que o arqueólogo britânico fazia questão de mostrar-se espartano pelo fato de acampar como um árabe.

Ostentando uma barba de profeta, Wilbour fez do Nilo sua sala durante duas décadas. Quando, perto do fim desse período, ele subia nos montículos de Elefantina, no meio das mulheres que cavoucavam a terra, ele sabia que o *sebagh* que elas procuravam para suas plantações eram os restos pulverizados de antigos tijolos de barro, aos quais se juntaram feno e restolhos suficientes para lhe conferir efeitos fertilizantes. Mas com certeza não lhe ocorreu que em algum ponto sob seus pés havia uma cidade judaica decomposta, a primeira que podemos reconstruir para sentir a agitação de suas atividades cotidianas: seus litígios em torno da propriedade de cômodos e casas, suas entradas e saídas; seus casamentos e divórcios; seus testamentos e contratos nupciais; seus alimentos e seu vestuário; seus juramentos e suas bênçãos. Desatento a tudo isso, Wilbour levou os papiros, bem dobrados e reunidos, com os nomes dos destinatários no exterior, tal como tinham sido escritos nos séculos v e iv a.C., para sua residência em Paris, onde ele expirou em 1896.

Dez anos depois, coleções maiores foram descobertas por expedições alemãs, que examinaram seu conteúdo, levaram-nas para Berlim e Paris e publicaram um pouco mais do que tinha sido dado a público antes. É desnecessário dizer que os britânicos, que de capacete de fibra na cabeça tinham feito do Egito seu domínio, não estavam muito atrás. Papiros e cacos de cerâmica com inscrições (os chamados óstracos) acabavam devidamente em seus destinos habituais, Oxford e o Museu Britânico, e quando os procônsules da arqueologia queriam se mostrar especialmente magnânimos, no Cairo. Alguns papiros foram publicados no começo do século xx, mas só quando os tesouros de papiros passaram para o Museu do Brooklyn foi que a cortina de fato se abriu, revelando a maravilha que foi a Elefantina judaica.

Fragmentos de cartas e inscrições em cacos de cerâmica, no hebraico linear clássico (entre dois e três séculos mais antigos que os papiros de Elefantina) ainda sobrevivem — são gritos e lamentos da Judeia, meio perdidos na ventania do tempo: um trabalhador rural cujo traje foi confiscado por um

credor sem escrúpulos; um oficial de intendência que, sitiado, enfrentava o avanço da horda de babilônios e necessitava com urgência de óleo e cereais; um oficial de baixa patente em outra cidadela, buscando em vão os fogos de advertência que deveriam vir de fortes situados em colinas próximas.

E a Bíblia judaica? A menos que suponhamos (como os judeus ultraortodoxos e os cristãos) que ela seja a palavra de Deus, ditada diretamente a Moisés e aos profetas, grande parte da estupenda narrativa poética das Escrituras não é senão aquilo que outro arqueólogo caracterizou como um “eco” da verdade histórica. E às vezes, como ocorreu com o relato do êxodo, inteiramente carente de documentação, escrito quase meio milênio depois de quando se acreditava ter acontecido, é provável que nem isso seja. Há um ponto na epopeia em que a trama da narrativa e a realidade da história judaica de fato convergem, mas a Bíblia judaica é a marca da mente judaica, a imagem de suas origens e ascendência imaginadas; é a epopeia do tratado-aliança de YHWH com Israel, o Deus único e informe movendo-se pela história, assim como o tesouro original de sua imaginação espiritual.

Os papiros fulvos da ilha Elefantina, escritos com a letra caprichada e negra dos escribas, nos dão uma coisa inteiramente diferente, uma coisa mais grosseira, humana e mundana: o registro cotidiano da vida de judaítas e israelitas expatriados, com os quais podemos conviver natural e materialmente como se morássemos no bairro deles: sujeitos brigões, mães ansiosas, esposas escravas, pessoas intrometidas e encrenqueiras, criadoras de casos por causa de limites de propriedades, redatores de contratos nupciais, servidores de templos, “chaves de cadeia” furiosas por estarem correndo perigo de ser desmascaradas, os mandachuvas e a arraia-miúda. Sabemos seus nomes, nomes desbragadamente judeus que, terminando com o sufixo “ias” (em hebraico, *yah*), alusivo a Deus ou a deidades, embutiam YHWH na identidade deles, a fim de invocar Sua proteção: Berequias, Ananias, Delaías, Maseías, Semaías, Gedalias, Jedanias, Mitaías, Pelalias, Malquias, Urias, Jezanias, Gemarias, Azarias, Zacarias.

Ali estavam todos, a gente de YHWH, acotovelandose na ilhota em forma de bastão no Nilo. Não seria, talvez, lugar para sonhadores, mas, tudo pesado e medido, não era um lugar tão ruim: sombreado no calor calcinante; famoso pelas figueiras que nunca perdiam as folhas; as palmeiras peculiares, com seu topete de folhas jovens, encontradas apenas na região sul do Nilo; juncos bordejando a costa; acácias, cássias e amoreiras um pouco mais no interior — um

denso capão de mato verde no ponto em que a planície aluvial cultivável na margem ocidental recuou, tornando-se uma fita estreita sob as dunas douradas. Na margem oriental, ainda mais árida, erguiam-se as pedreiras de Siena, à sombra das quais ficava um acampamento de arameus, tanto soldados quanto canteiros que lavravam pedras. Lajes de granito cinzento do local, pintalgadas de rosa ou vermelho-sangue, eram penosamente carregadas em barças ou chatas e enviadas rio abaixo para que mestres de obras construíssem templos e mausoléus, como se os governantes do Egito ainda fossem senhores faraônicos e não, desde a conquista por Cambises, no fim do século VI a.C., as criaturas subjugadas pelos caprichos persas. Uma dessas lajes era tão descomunal que todo um santuário real pôde ser construído com ela — ou assim Heródoto (que era capaz de pecar por exagero) nos informa. Essa laje, ele insiste, era tão colossal que levou três anos e exigiu o trabalho de 2 mil homens para chegar a seu destino, em Sais, no delta ocidental.

A ilha de Elefantina — para a gente do lugar, “Yeb”, da palavra egípcia *Iebw*, que significa “lugar de elefantes” (embora ninguém, nem mesmo Heródoto, soubesse bem por quê, apesar de as pedras arredondadas e cinzentas do rio decerto lembrarem o dorso de paquidermes a se espojar) — era famosa como o último lugar do Egito real, a orla de sua civilização antes que ela evaporasse nas areias e rochas núbias. Era ali que o rio letárgico e lamento, transportando sua carga de limo fertilizante, de repente passava por uma mudança radical, precipitando-se como louco pelos afloramentos graníticos que aceleravam os barcos rumo à catarata. Só os “barqueiros das águas revoltas”, vizinhos dos judeus cuja conduta, infelizmente, era tão violenta quanto o rio turbulento, eram capazes de arrostar suas fúrias, vencendo suas corredeiras, rio acima, com a ajuda de cordas enganchadas nas pedras salientes. O geógrafo Estrabão — todo viajante grego que se prezasse visitava a ilha de Elefantina no século V a.C. — descreveu proezas fluviais por eles executadas para impressionar os turistas. A torrente espumosa encerrava mistérios: a essência da vida egípcia. Entre as colinas gêmeas de Crófi e Mófi, que se erguiam das margens, ou pelo menos foi isso que Heródoto disse que um sacerdote egípcio lhe contara, ficava a nascente do Nilo, num abismo tal que não se podia tocar o fundo. O faraó Psamético I tentara fazê-lo com um cabo torcido de mil braças de extensão, mas ainda sem tocar em nada, a não ser nos redemoinhos de suas águas agitadas. Esse puxão sob a superfície era a válvula fluvial que dividia a corren-

te, mandando metade dela para o sul, para a causticante Núbia, e metade para o norte, a fim de alimentar o vale aluvial. O deus Khnum, com cabeça de carneiro, era cultuado em Elefantina, porquanto era ele que garantia a inundação anual, sem a qual os lavradores locais estariam condenados à fome. Os carneiros sagrados de Khnum têm seu próprio mausoléu especial na ilha, e suas múmias repousam nas pedras calcárias em que os escultores prazerosamente entalhavam animais gordos e lanosos. Um nilômetro em forma de degraus que levam à margem media a constância da benevolência de Khnum.

Além de mitos e ritos, o rio também levava homens, dinheiro e armas até a fortaleza na ilha. Junto com Siena, ela tinha sido a sentinela da região sul, a válvula de pressão do Egito clássico. Precisava de manutenção, vigilância, policiamento — mas isso era trabalho para homens de Judá? O que estavam fazendo ali? Teriam se mostrado surdos às advertências de Jeremias? Contudo, poucos dos livros dos profetas já haviam sido escritos, e um número ainda menor deles havia sido divulgado, na época em que israelitas e judaítas, do norte e do sul da Palestina, tomaram mais uma vez o caminho do vale do Nilo, provavelmente em algum momento no fim do século VII a.C.

A identidade judaica se formaria, por fim, em algum ponto entre os dois polos culturais do Nilo e do Eufrates, mas a agulha magnética de atração e repulsão oscilava de forma desigual. Os livros da Bíblia foram escritos na Judeia e na Babilônia, e não no Egito. Na mente e nos textos dos sábios, escribas e profetas hebreus — todos aqueles que, entre os séculos VII e V a.C., se ocupavam de compilar e redigir as memórias, as tradições orais, o folclore e os textos que no futuro viriam a constituir o cânone da Bíblia —, havia uma migração boa (para a Mesopotâmia) e uma ruim (para o Egito). Ambas as regiões eram cativéis que serviam aos despotismos das planícies aluviais: ambas sustentavam gigantescas populações urbanas com a produção das planícies irrigadas pelas inundações dos dois rios; ambas produziam cereais e frutas graças ao aluvião. Os hieróglifos e a escrita alfabética, junto com as leis e epopeias, as pirâmides e os zigurates, enriqueciam e ordenavam as suas cidades-Estados. Embora as duas sociedades fossem brutais e aniquiladoras, ambas dedicadas a cultos sacrificiais (Marduk e Rá) e ambas sob o domínio de uma idolatria voraz, a região entre o Tigre e o Eufrates nunca teve na mente protojudaica um peso tão forte

quanto o do vale do Nilo. Se havia uma coisa em que os memorialistas egípcios e os autores dos livros da Bíblia hebraica concordavam era com a dificuldade de levar uma vida judaica no Egito.

Viver no Egito era viver de forma impura ou num regime de servidão — assim os autores do Gênesis e do Êxodo definiram a situação. No Deuteronômio, o livro que, mais do que qualquer outro, definiu as obrigações da memória judaica, Deus é definido, da mesma forma que no Êxodo, como Ele, “que te fez *sair* da terra do Egito” (Deuteronômio 5,6). É muito provável que isso tenha sido escrito em algum momento dos séculos VII e VI a.C., precisamente na época em que os judeus voltavam para lá. Para os “deuteronomistas”, que também retrabalharam a história oral, transformando-a na narrativa de Juízes e Reis, toda volta desse tipo seria uma violação deplorável da aliança.

Por outro lado, em certo sentido misterioso, punitivo, conhecido pelo Deus que o ordenou, o exílio na Babilônia, depois do saque de Jerusalém no século VI a.C., foi como um *retorno* ao manancial: a fonte do impulso para a aliança. Narrando a jornada de Abraão para uma comunhão visionária com YHWH e a origem da ideia de um povo separado que estava sob Sua guia e proteção especiais, os autores do Gênesis deram como o local de nascimento do patriarca a Caldeia, na Mesopotâmia. Por conseguinte, o berço do monoteísmo foi a cidade-Estado de Ur. Foi isso que deu significado especial à destruição do maculado Templo de Jerusalém pelos babilônios, liderados por Nabucodonosor, em 587 a.C. O povo do qual os israelitas tinham se afastado primeiro, para se impor na história, passou agora a ser o instrumento escolhido por YHWH para trazê-los de volta à aliança original. A Babilônia aniquilara o Templo. Da Babilônia, ou do Império Persa que lhe sucedera, viria sua restauração purificada, quando, depois de meio século de exílio, o rei persa Ciro permitiu que eles regressassem a Jerusalém.

No espírito daqueles que escreviam a Bíblia, a Babilônia-Pérsia fora cooptada como instrumento da vontade divina. O Egito sempre fora o inimigo obstinado dos planos de YHWH para a história. Esse sentimento de eterna inimizade talvez fosse mútuo. O primeiro artefato histórico em que aparece o nome “Israel”, de fins do século XIII a.C., é a famosa inscrição triunfal do faraó Merneptá ou Meremptá, filho de Ramsés II, este último mais tarde identificado no Êxodo como o faraó cujo coração estava “endurecido”. “Israel foi arrasado e não tem mais semente”, diz a inscrição, e os hieróglifos não deixam dúvida

de que o nome Israel aí indica um povo, e não um lugar. Uma história do Egito, do sacerdote-gramático Mâneton (escrita no século III ou II a.C. e de cuja existência temos conhecimento através do historiador judeo-romano Flávio Josefo, ativo no século I d.C.), narra uma partida dos israelitas do Egito — mas como a expulsão de uma população desprezível e impura de escravos e, talvez, bandidos, e não o êxodo vitorioso dos Filhos de Deus, protegidos por YHWH.

Nesse sentido, a epopeia libertária da Torá (o Pentateuco, os cinco livros de Moisés, que dão início à Bíblia) representou uma inversão dessa indignidade — a fixação da identidade de Israel não apenas como um ponto final à servidão no Egito, mas como uma inversão da narrativa triunfalista egípcia. A Babilônia podia destruir Jerusalém e o Templo, mas jamais obliteraria a fé; o plano divino de exílio poderia até sustentá-la. O caso do Egito era inteiramente outro — voltar para essa terra, como advertira Jeremias quando foi levado para lá, era cortejar a perdição, tanto espiritual quanto física. Nunca voltem ao Nilo.

No entanto, foi exatamente isso que fizeram os judeus, várias vezes, com tanta frequência e com tanta insistência que é difícil separar a história judaica da egípcia. O Egito era o supremo Eles; mas foi também, geração após geração, de maneira inequívoca, Nós. O mais judeu de todos os nomes, o de Moisés, o libertador, em cuja epopeia uma nação foi definida, era provavelmente egípcio. Não importa que uma das mulheres do rei Salomão fosse filha de um faraó. “Ai dos que descem ao Egito, à busca de socorro. Procuram apoiar-se em cavalos [...]” (Isaías 31,1), advertiu Isaías ao rei Ezequias, de Judá, pois sabia que durante séculos os israelitas e os judeus tinham feito exatamente isso, comprar cavalarias para os grandes estábulos do norte da Palestina.

Quaisquer que fossem os riscos, depois que os assírios partiram da Mesopotâmia para conquistas devastadoras, no fim do século VIII a.C., a relação com o Egito tornou-se crítica para a sobrevivência dos reis e das populações de Israel e de Judá. Os últimos reis de Israel naquela época, cuja capital ficava em Samaria, fizeram uma aliança tática com o Egito (muito embora essa aliança não impedisse, por fim, que fossem destruídos; provavelmente o contrário). Nos últimos anos do século VIII a.C., sitiado em Jerusalém pelo exército assírio de Senaqueribe, o rei Ezequias mandou escavar na rocha os aquedutos que poderiam definir a rendição ou a sobrevivência, mas ainda assim precisou de ajuda vinda do Egito.

O que aconteceu quando o enorme exército de Senaqueribe cercou Jeru-

salém em 715 a.C. é um dos grandes mistérios da história. A Bíblia e Heródoto nos informam que o exército assírio sucumbiu a uma peste não identificável (de maneira pitoresca, Heródoto diz que um exército de ratos roeu as cordas dos arcos assírios). A inscrição triunfal de Senaqueribe jacta-se de que todas as cidades de Judá foram destruídas e de que Ezequias foi trancafiado em sua própria cidadela real (“como um pássaro na gaiola”), mas admite que não conseguiu derrotá-lo. O mais surpreendente, embora plausível em termos históricos, é a afirmação, encontrada em fontes egípcias, de que foi um exército comandado por um faraó núbio da xxv dinastia que rompeu o cerco assírio e preservou tanto o reino de Judá como sua capital, Jerusalém. O Egito se tornou o salvador de Judá.

Nos dois séculos seguintes — a época em que a Bíblia começou a ser escrita —, Judá jogou os mesopotâmicos e os egípcios uns contra os outros. O momento decisivo para o restabelecimento dos judeus no Egito ocorreu depois do primeiro sítio de Jerusalém por Nabucodonosor, em 597 a.C., quando muitos dos membros da elite de Judá, entre sacerdotes, nobres e escribas, foram deportados para o Eufrates, obrigando o povo — agricultores, pastores e artesãos — a se arranjar como pudesse. Dez anos depois, os babilônios desferiram o *coup de grâce*, destruindo Jerusalém e o Templo de Salomão e infligindo uma terrível devastação no interior de Judá. Muitos daqueles que preferiram não permanecer em meio às cinzas e aos escombros migraram para o sul, buscando as colônias de judeus já desenvolvidas em Tafnes, Mênfis e na região que Jeremias chamou de Patros, a província do sul, que tinha sua capital em Elefantina.

Ciente de que os judeus tinham voltado ao Egito fugindo das dificuldades, da fome e do terror que imperavam na Judeia, Jeremias foi para lá a fim de advertir contra as falsas esperanças de refúgio: “Se decidis partir para o Egito e se lá entrardes para ficar, a espada que temeis vos atingirá lá, na terra do Egito, e a fome que vos inquieta seguirá vossos passos no Egito: lá morrereis” (Jeremias 42,15-16). As invectivas do profeta Ezequiel eram em geral fulminantes, mas, escrevendo de um campo de trabalho babilônio à margem do canal de Chebar, ele se mostrou ainda mais colérico em suas admoestações. Assumindo a voz de YHWH, falou diretamente ao faraó:

Eis que estou contra ti, faraó, rei do Egito, grande dragão deitado no meio do Nilo, tu que dizes: “O Nilo é meu, fui eu que o fiz”. Porei o arpão no teu queixo e

farei com que os peixes dos teus canais se preguem às tuas escamas, e te removerei do meio dos canais [...]. Abandonar-te-ei no deserto [...]. Dar-te-ei por pasto aos animais do campo [...] reduzindo a terra do Egito a uma ruína e a uma desolação desde Magdol até Siene e até as fronteiras de Cuch. Por ela não passará pé de homem, nem passará aí pé de animais. Ela ficará desabitada por quarenta anos. (Ezequiel 29,3-5.10-11)

Ainda melhor que Jeremias, Ezequiel, apesar de seu endereço na Babilônia, parecia saber perfeitamente onde os judeus tinham se radicado depois da destruição de Jerusalém: especificamente “na terra de Patros”, que seria, o profeta advertiu mais uma vez, na voz de YHWH, “o mais insignificante dos reinos”. Todavia, os judeus do sul não definharam numa terra condenada a quarenta anos de desolação; ao contrário, prosperaram. Assim, na época da conquista persa em 515 a.C., comandada por Cambises, filho de Ciro, os militares judeus em Elephantina estavam em condições de fazer algo notável: construíram um templo, uma Casa de YHWH, ou, em aramaico, *Yahu*, a divindade que chamavam de Deus do Céu. Fizeram-no apesar da proibição, explícita e rigorosa (registrada em Reis e em Crônicas, e afirmada não uma, mas duas vezes, primeiro no reinado de Ezequias e, depois, de novo, no reinado reformista de Josias, no fim do século VII a.C.) de que houvesse templos fora de Jerusalém.

E mais: o Templo de Elephantina, erguido para os militares judeus e suas famílias, bem como para a ativa comunidade local, nada tinha de dissimulado e humilde. Tendo como modelo o chamado Primeiro Templo, descrito na Bíblia, seus cinco portões de pedra abriam-se para um pátio espaçoso com um habitáculo sagrado em seu centro, destinado à Arca e à Torá. A porta do santuário interior tinha dobradiças de bronze, o teto era de cedro e em seu interior havia vasos de ouro e prata.² Pior ainda: em flagrante violação das disposições bíblicas, realizavam-se periodicamente no templo sacrifícios de animais, além de oferendas de cereais e incenso, pois aquela era, afinal, a morada de YHWH e (quase como se Ele fosse outra deidade local) Suas necessidades tinham de ser atendidas.³ Portanto, havia muito derramamento de sangue e também nuvens de fumaça, provocadas pelos “sacrifícios em holocausto”, em geral de carneiros e ovelhas — o que, dada a proeminência do culto ao deus-carneiro Khnum no templo egípcio, do outro lado da “rua do Rei”, não deixava de ser uma perigosa demonstração de falta de tato. Com certeza, isso seria uma afronta às auto-

ridades restauradas em Jerusalém: os sacerdotes, os escribas e os autores dos livros proféticos. No entanto, os judeus de Elefantina orgulhavam-se de *seu* templo, que, segundo eles, fora tão importante que, quando Cambises destruiu o dos egípcios, fez questão de preservar a Casa de YHWH.

O fato de haver um templo de YHWH no Alto Egito significa uma de duas coisas para nosso entendimento de como eram os judeus nesse momento embrionário de sua existência coletiva. Ou eles eram pré-bíblicos, conscientes apenas de alguns códigos legais da Torá e de certos elementos da epopeia de fundação, sem ter ainda assumido o Deuteronômio, livro escrito dois séculos antes, como o legado que, aos 120 anos, à morte, Moisés deixaria aos israelitas, codificando com mais rigor os preceitos do Levítico, esses bem mais frouxos e com frequência contraditórios. Ou então os judeus de Elefantina conheciam as restrições apresentadas por Moisés no Deuteronômio e talvez soubessem de todas as reformas que o rei Ezequias e seu bisneto Josias tinham feito, tornando o Templo de Jerusalém o único local onde haveria peregrinação e rituais de sacrifícios, mas não tinham intenção alguma de aceitar tal monopólio. Os yahudim de Elefantina eram iavistas que não se dispunham a seguir ao pé da letra as regras de culto formuladas por hierosolimitas — do mesmo modo que, por exemplo, a vasta maioria dos judeus de hoje que se creem, a seu modo, praticantes da religião não se dispõem a aceitar instruções dos ultraortodoxos sobre o que significa ser judeu (ou, menos ainda, sobre quem é e quem não é judeu).

É até possível que os sacerdotes, os anciãos e os funcionários que cuidavam do Templo de Elefantina e constituíam a elite da ilha acreditassem que seu santuário era *mais* fiel ao original salomônico que o edifício de Jerusalém, modestamente reconstruído e só finalizado em 515 a.C. Alguns deles talvez tivessem ido para o Egito no século VII a.C. numa reação hostil à volta do rei Manassés ao politeísmo e erguido um prédio que seguia o estilo e as proporções do santuário-tabernáculo descrito na Bíblia.⁴ Tal como na Palestina, ainda não tinham surgido as sinagogas, locais de culto coletivo. Um templo seria o único foco monumental da comunidade, a expressão física de sua religião. É provável que em seu centro houvesse uma coluna de culto, uma *massebah* muito semelhante à que se erguia em outro santuário de fortaleza, o de Arad, na extremidade norte do deserto de Neguev. Talvez houvesse uma mesa de sacrifícios, de pedra e com cornos, também nos santuários fora de Jerusalém.

Mesmo assim, como uma mãe judia, não sem motivo, perguntou ao filho,

curador da exposição dos papiros de Wilbour no Museu do Brooklyn há alguns anos, esses judeus egípcios pré-bíblicos, muito viajados, eram *mesmo* judeus? Seus nomes — Zacarias, Gemarias, Jedanias, Ageu, Maseías e Mitaías — eram sem dúvida de yahudins, e dar nome a pessoas era coisa seriíssima no mundo antigo. Usavam o calendário lunar de seus pais, com seus belos nomes (Marcheshvan, Kislev, Tishri, Nissan), com o ano dividido da mesma forma que para os judeus dois milênios e meio depois. Ao que parece, circuncidavam os filhos, mas, afinal, todo mundo no Egito fazia isso, porém não na infância, que dirá no oitavo dia após o nascimento.⁵ Abençoavam e, às vezes, maldiziam e prestavam juramentos solenes, assinavam contratos legais e começavam e rematavam cartas invocando o “Deus do Céu e da Terra”: “Eu te abençoo em nome de YHWH”, “Que YHWH te abençoe”, “Queira YHWH que recebas uma boa notícia a cada dia”, “Queira YHWH que hoje seja um bom dia para ti”. Embora se saiba que vez por outra invocavam deuses arameus, fenícios e até egípcios, o que talvez se esperasse deles formalmente, havia muito era tido como natural professar devoção a YHWH e também à consorte que costumavam lhe atribuir, Aserá. É bem possível que as restrições dos profetas mais inflexíveis, como o chamado Segundo Isaías (que acrescentou vinte e poucos capítulos ao livro e exigiu devoção a “apenas Iahweh”, talvez dois séculos depois do texto original), não fossem respeitadas pelos judeus de Elefantina, cujos ancestrais imigrantes tinham ido para o Egito bastante impregnados das tradições e da magia da religião israelita popular.

O Deuteronômio não menciona o Shabat (nem do Dia do Perdão), porém sabemos que os judeus de Elefantina guardavam o sábado (ou, como a maioria dos judeus de hoje, sabiam que se esperava que o guardassem). Havia na colônia inúmeros Sabadoais,* embora alguns deles talvez fossem arameus e mostrassem, em relação ao dia do descanso, a mesma ambiguidade que os hierosolimitas quando se tratava de negócios e das conveniências da vida, permitindo a mercadores não judeus de Tiro vender seus artigos no sábado, dentro e fora dos muros da cidade. Se hoje em dia Tel Aviv e Jerusalém mostram atitudes bem diferentes em relação ao que é permitido ou não no Shabat, a conduta em Elefantina decerto era mais parecida com a de Tel Aviv. Entre-

* Sabadoai ou Shabtai, nome dado a muitos meninos judeus nascidos no sábado, e que foi comum até a Idade Média. (N. T.)

tanto, uma carta, escrita num pedaço de cerâmica a um certo Islá da cidade revela o quanto podiam se enfurecer a respeito de fazer o que tinha de ser feito antes da interdição do trabalho no Shabat: “Escuta, vou te mandar verduras e legumes amanhã. Vai lá [ao cais] amanhã, antes que o barco chegue, por causa do Shabat [*bsbh*, em aramaico], para que não se estraguem. Se não for, juro pela vida de YHWH que te mato! Não confie em Mesalemet ou em Semeías [mais dois nomes judeus alusivos a Deus] para que cuidem disso. Em troca, vende a cevada para mim”. E para o caso de Islá não ter entendido o recado, havia uma repetição da ameaça: “Agora, pela vida de YHWH, se não fizer isso, vai pagar a conta”.

Mais ainda do que o Shabat, o que identificava os judeus como judeus era, e ainda é, a reunião para o Pessach. Essa festa em Elefantina devia ser um pouco estranha, uma vez que YHWH era definido como o libertador da escravidão no Egito, e o êxodo, como o verdadeiro momento de separação, do nascimento da religião e da nação — a condição necessária para receber a Lei que diferenciara os judeus. No entanto, os judeus de Elefantina não estavam de todo diferenciados, e, com certeza, não iriam a parte alguma, pelo menos não por livre e espontânea vontade. A mais antiga Hagadá, a narrativa que dispõe sobre o ritual do Seder, no começo do Pessach, data do século IX d.C., de modo que não temos a menor ideia a respeito do que era ou não era recitado na véspera do Pessach pelos judeus egípcios — em Tafnes e Mênfis, bem como em Elefantina. (A própria “ordem” formal do Seder era, como tantas coisas mais, tida como imemorial, instituída por rabinos não antes do século III d.C., talvez em resposta à eucaristia da Páscoa cristã, e não seu modelo.)

Os anciãos de Jerusalém no século V a.C., preocupados com as contaminações “estrangeiras”, desejavam apor a marca de sua autoridade sobre as práticas irregulares dos judeus no exterior. O rei Artaxerxes enviou Esdras, o “Escreba do Deus do Céu”, ao ocidente a fim de corrigir as práticas frouxas daqueles que tinham permanecido na Palestina depois do saque do Templo e que os exilados na Babilônia suspeitavam de práticas impuras, de retorno a hábitos pagãos e de casamentos com “estrangeiras”. Em 419 a.C., um certo Ananias, possivelmente irmão ou parente de Neemias, o governador retornado da Judeia, escreveu uma carta ao chefe da comunidade judaica de Elefantina, Jedanias bar Gemarias, expondo a lei para a correta observância do Pessach.⁶